

A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo

Perguntar qual o papel da mulher na agricultura e na sociedade camponesas não parece, à primeira vista, uma via particularmente fecunda para a análise das relações sociais contemporâneas. Digamos que a sociologia remete quase sempre a sua análise para outras disciplinas: a história social, na medida em que se trata de um papel feminino reprodutivo e produtivo considerado típico da família pré-industrial; a antropologia, que tem o privilégio de abordar sociedades ou comunidades onde o grupo doméstico é ainda, dir-se-á, a unidade de base da organização social da produção e reprodução. Por outras palavras, a representação científica atribuiu à família camponesa e à sua divisão do trabalho um lugar anacrónico: o presente, para «onde se vai», está na separação da produção e da reprodução na sociedade industrial, na família conjugal sem funções produtivas, no papel feminino doméstico ou assalariado. A própria sociologia rural contribuiu para isso, prevendo nos anos 60 o «fim dos camponeses»¹.

Qual a pertinência, então, de uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura, nomeadamente em Portugal? Em primeiro lugar, será necessário lembrar a persistência de uma estrutura produtiva familiar na agricultura, mesmo em países capitalistas avançados. Em França, por exemplo, a diminuição da população agrícola, a concentração dos meios de produção e a introdução de novas técnicas na agricultura deixavam prever uma transformação radical da organização do trabalho camponês. No entanto, em 1980, o trabalho familiar representava 89% do trabalho agrícola, contra 11% de trabalho assalariado². Impõe-se, «pois», de novo, para a compreensão da agricultura e do seu lugar no modo de produção capitalista, uma análise cuidada das lógicas familiar e produtiva do grupo doméstico agrícola.

No caso português trata-se de uma estrutura agrária que revela, com todas as transformações sofridas, uma forte persistência de uma economia camponesa baseada na família e na pequena propriedade. Sabemos, além disso, que a reprodução de grande parte da força de trabalho industrial continua intimamente ligada à família e às comunidades rurais. Assim, uma pergunta que se coloca desde logo é como é que a organização familiar permite ou responde hoje às novas bases materiais e simbólicas de que depende a reprodução do campesinato e do campesinato-operariado.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. A autora agradece a colaboração activa de Maria de Lurdes Reis Rodrigues na preparação e tratamento de dados.

¹ Ver, entre outros, H. Mendras, *La fin des paysans. Innovations et changements dans l'agriculture française*, Paris, SEDEIS, Futuribles, 1967; e M. Gervais, et al., *Une France sans paysans*, Paris, Seuil, 1965.

² Cf. A. Barthez, *Famille, travail et agriculture*, ed. Economica, Paris, 1981.

O estudo da dinâmica familiar, e em particular da divisão sexual do trabalho, parece tanto mais importante quanto se tem observado, por um lado, um aumento das situações de campesinato parcial (em que um ou vários membros da família, geralmente os homens, trabalham como assalariados no exterior da exploração agrícola) e, por outro lado, uma maior feminização da população activa agrícola³.

Num trabalho anterior⁴, essencialmente qualitativo, baseado em monografias familiares no concelho de Vila Nova de Famalicão, procurámos compreender como é que algumas formas de proletarização (pluriactividade, emigração familiar ou individual masculina) determinavam diferentes divisões sexuais do trabalho na família camponesa. A questão que se punha à partida era a de saber em que medida a proletarização destruiu ou não a divisão do trabalho tradicional por sexos e idades, provocando, por exemplo, uma maior mecanização do trabalho agrícola ou o recurso regular ao trabalho assalariado.

No contexto estudado, de proletarização masculina mais ou menos definitiva associada a estratégias de ligação à terra, encontramos diferentes modalidades de divisão sexual do trabalho em função do tipo de mobilidade da força de trabalho. A pluriactividade, por exemplo, estrutura uma divisão do trabalho que mantém a associação casal-exploração agrícola, mas faz depender a gestão quotidiana da exploração da mulher. A complementaridade do trabalho da mulher e do homem reestrutura-se em parte no tempo (trabalho feminino — semear, mondar, sachar, regar, tratar dos animais, vender no mercado — durante a semana; algum trabalho masculino ao fim da tarde — na horta — e sobretudo ao fim-de-semana — podar a vinha, por exemplo; grandes trabalhos ao fim-de-semana); as máquinas executam alguns trabalhos que antes dependiam do trabalho conjunto do homem e da mulher. À presença regular da mulher no trabalho agrícola contrapõe-se quase sempre uma presença masculina irregular e mais ou menos importante, segundo a forma social de proletarização.

Concluimos, sob a forma de hipótese de trabalho, que a divisão sexual do trabalho é não apenas um princípio de organização social da família e da comunidade camponesas, mas também, actualmente, uma estratégia fundamental de ligação à terra/unidade familiar de produção agrícola. As condições que lhe atribuem esta função social parecem ser a proletarização masculina, um processo de trabalho pouco capitalizado e intensivo em mão-de-obra, uma produção pouco virada para o mercado e, finalmente, um maior isolamento do *casal* na exploração agrícola, devido essencialmente a um declínio de dependências tradicionais, sobretudo intrafamiliares.

Até aqui, o nosso trabalho tinha privilegiado uma variável explicativa por excelência: a proletarização masculina. Era grande a tentação de atribuir uma relação de causa a efeito (entre a proletarização masculina e a feminização da agricultura) a duas variáveis que nós próprios teríamos posto em relação. Outros estudos colocavam já mais ou menos explicitamente essa hipótese de trabalho⁵. C. Cavaco⁶, por exemplo, conclui que as «perdas (dos

³ Segundo os dados do *Recenseamento Geral da População* de 1981.

⁴ K. Wall, «La reproduction sociale des familles paysannes: étude de la division sexuelle du travail dans un contexte de mobilité de la force de travail», in *Questions de Transition*, dirigido por M. Godelier (em vias de publicação).

⁵ C. Cavaco, *A Mulher na Agricultura Portuguesa*, Centro de Estudos Geográficos, 1981; C. Cailler, «Soajo — une communauté féminine rurale de l'Alto Minho», in *Bulletin des Études Portugaises*, nova série, n.º 27, Paris, 1966; A. Gerales, «O trabalho das mulheres», in *Castro Laboreiro e Soajo*, col. «Parques Naturais», Lisboa, 1978.

⁶ C. Cavaco, *op. cit.*

activos agrícolas) abrangeram activos dos dois sexos, mas foram mais significativas entre os elementos masculinos, como resultado das suas oportunidades de emprego, no País e no estrangeiro. Daqui resultou uma maior feminização da agricultura, que mobilizou, quando da partida dos elementos masculinos, a reserva de força de trabalho feminina que foi mantendo ao longo dos tempos». Segundo esta hipótese, as mulheres teriam substituído a mão-de-obra masculina agrícola desviada para outros sectores de actividade.

Foi no sentido de contribuir para esclarecer a evolução no tempo da divisão sexual do trabalho na agricultura que recolhemos os dados estatísticos disponíveis desde o século passado. Partimos dos dados estatísticos provenientes dos *Recenseamentos Gerais da População* (1890, 1900, 1911, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1981) e dos *Inquéritos às Explorações Agrícolas* (1952-54, 1968 e 1979). Atendendo a que a investigação se encontra ainda em curso, a sua interpretação terá de ser provisória. Provisória é sempre, também, qualquer conclusão construída a partir dos dados estatísticos existentes, dados, entre outros, os problemas de disparidade de critérios utilizados ao longo do tempo pelos serviços estatísticos. Procuramos, assim, não só mostrar alguns dados que nos parecem mais válidos e pertinentes, como também explicitar alguns problemas de interpretação suscitados pelo tipo de dados analisados.

1. UMA FEMINIZAÇÃO CONSTANTE DA AGRICULTURA AO NÍVEL DO PAÍS?

A primeira questão que procurámos averiguar através dos *Recenseamentos Gerais da População* foi a da importância do trabalho feminino na agricultura ao longo do século. O único indicador que pudemos utilizar foi o número de *mulheres activas* na agricultura (independentemente do seu estatuto socioprofissional de trabalhadora familiar, assalariada, etc.). Assim, quando falamos de «feminização», referimo-nos simplesmente à seguinte percentagem: (mulheres activas agrícolas/população activa agrícola) x 100.

Mulheres activas na agricultura: evolução 1890-1981

(QUADRO N.º 1)

Anos	População activa agrícola/total da população activa	Mulheres agrícolas/ população activa agrícola
1890	56,4%	28,6%
1900	61,6%	25,2%
1911	53,8%	24,0%
1930	(46,5%)	41,0%)
1940	(50,0%)	15,1%)
1950	55,2%	27,6%
1960	54,3%	26,1%
1970	31,4%	17,7%
1981	16,8%	36,1%

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1890-1981.

Em primeiro lugar pode observar-se (ver quadro n.º 1), de 1890 a 1980, uma feminização relativamente constante da agricultura. Ao nível do País, a

taxa de feminização variou, se exceptuarmos os anos de 1930 e 1940⁷, entre 24% e 36,1%. Se a taxa de feminização em 1980 é a mais alta de todas, as do princípio e meados do século não se afastam muito daquela percentagem.

Esta verificação não constitui, evidentemente, um dado objectivo, mas sim uma hipótese de trabalho, já que os recenseamentos não permitem uma comparação segura.

Vejam-se, por exemplo, os censos de 1950 e 1960. Estes dois censos distinguem, para as mulheres na agricultura, duas categorias diferentes: as mulheres *activas* na agricultura (são aquelas que trabalham com remuneração ou por conta própria) e as mulheres *com ocupação* na agricultura (são aquelas que se ocupam simultaneamente das lides domésticas e do trabalho agrícola). Surpreendentemente, só as primeiras aparecem incluídas na «população activa agrícola». As percentagens que apresentamos no nosso quadro, pelo contrário, representam a soma das duas categorias. Esperamos assim tornar os dados de 1950 e 1960 mais comparáveis com os dos censos anteriores e posteriores, os quais incluem as «domésticas agrícolas»⁸, ou, pelo menos, parte delas (censos de 1970 e 1980)⁹.

Voltando agora à evolução das mulheres activas na agricultura (quadro n.º 1), podemos observar que, segundo os dados dos recenseamentos, a percentagem de mulheres activas na agricultura diminui abruptamente em 1970 e sobe fortemente em 1980. Será então que a mobilidade da força de trabalho nos anos 60 não provocou imediatamente uma maior feminização da agricultura? Que os efeitos da saída dos activos agrícolas masculinos só se fizeram sentir nos anos 70?

O problema que se põe é o de saber se estes números representam um movimento real, ou resultam de problemas do próprio recenseamento (mostra a 20%; aplicação de um novo critério de população activa agrícola). A mudança de critério em 1970 torna impossível uma comparação rigorosa com os recenseamentos anteriores. Assim, só é possível controlar esse dado recorrendo a dados provenientes de outras fontes.

Numa primeira abordagem desta questão calculámos, com base nos dados dos *Inquéritos às Explorações Agrícolas*, a percentagem de mulheres no agregado doméstico do produtor. Pusemos a hipótese de o movimento indicado pelo censo de 1970 ser real e devermos então encontrar um movimento semelhante (aumento da feminização nos anos 70) no agregado doméstico do produtor. Os dados dos *Inquéritos às Explorações Agrícolas* (ver quadro n.º 2) parecem contrariar esta hipótese. Se olharmos para alguns distritos, como Viseu ou Viana do Castelo, onde o trabalho agrícola está hoje mais feminizado, o movimento que se verifica, embora ligeiro, é de uma diminuição da feminização do agregado doméstico nos anos 70. Tal

⁷ Pode considerar-se o número de mulheres activas na agricultura em 1930 como anormalmente elevado, porque foram incluídas na população activa agrícola as mulheres casadas ocupando-se do seu lar. O censo de 1940 modificou o critério utilizado, excluindo as mulheres cujo trabalho não envolvesse remuneração. Assim, o número de mulheres activas agrícolas parece estar sobreavaliado num caso e subavaliado no outro.

⁸ Nos *Recenseamentos* de 1890, 1900 e 1911 é considerada «activa» a pessoa que exerça efectivamente uma determinada profissão — neste caso, que exerça actividade na agricultura —, independentemente de ser ou não remunerada. Supõe-se, assim, que estejam incluídos na população activa agrícola os familiares não remunerados.

⁹ A partir do *Recenseamento* de 1970, a população com actividade económica inclui «familiares não remunerados», considerando apenas os recenseados que trabalham na exploração ou empresa 15 horas (ou mais) por semana.

Percentagem de mulheres no agregado doméstico do produtor (1968-79)

(QUADRO N.º 2)

Distritos	1968		1979	
	Total de mulheres	Percentagem de mulheres	Total de mulheres	Percentagem de mulheres
CONTINENTE	1 503 295	52	1 273 024	50
Aveiro	145 199	53	55 294	52
Beja	36 123	50	25 799	48
Braga	150 875	53	124 088	50
Bragança	58 152	50	54 289	49
Castelo Branco	73 362	51	55 052	49
Coimbra	117 272	51	112 917	51
Évora	19 388	52	15 145	48
Faro	52 209	51	43 355	48
Guarda	61 603	49	59 078	50
Leiria	105 970	51	105 455	49
Lisboa	65 106	51	59 231	48
Portalegre	25 434	52	20 346	49
Porto	150 118	52	121 317	50
Santarém	89 583	49	98 081	50
Setúbal	27 577	50	23 635	48
Viana do Castelo	96 770	58	86 368	53
Vila Real	91 749	53	77 503	49
Viseu	136 805	55	136 071	50

Fonte: *Inquéritos às Explorações Agrícolas*, 1968 e 1979.

deixa supor que, sobretudo nos distritos de forte emigração masculina, a feminização da agricultura seria superior nos anos 60 à de hoje.

2. A FEMINIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO NÍVEL DOS DISTRITOS

A análise dos dados por distritos, desde 1890 até 1981, permite equacionar melhor a hipótese de uma feminização constante da agricultura. No quadro n.º 3 sublinhámos todas as percentagens que se encontram *acima* da média para o País em cada ano. Procurámos, assim, evitar os problemas de comparação dos recenseamentos, podendo observar os distritos em que as percentagens de mulheres na população activa agrícola se encontram *sempre* acima da média para o País.

Verifica-se nalguns distritos, essencialmente do Centro e Norte litorais, uma feminização que foi constantemente superior à média ao longo do século. Aveiro, Braga e Viana do Castelo têm sempre uma feminização muito superior à média do País. Coimbra parece ter, no princípio do século, uma taxa de feminização que se situa à volta da média do País, com tendência para se situar acima da média nos últimos cinquenta anos. Vila Real, pelo contrário, tem uma feminização acima da média no princípio do século e abaixo da média nos últimos quarenta anos. Os distritos onde as percentagens são sempre ou quase sempre inferiores à média situam-se no Sul ou no interior. Curiosamente, nota-se nalguns distritos do Sul (ver, por exemplo, Évora e Santarém) uma feminização superior à média do País nos últimos vinte anos.

Os dados suscitam algumas interrogações sobre as regiões onde o trabalho feminino foi sempre importante. Será possível identificar zonas-tipo

Mulheres activas na agricultura. Evolução por distritos: 1890-1981

(QUADRO N.º 3)

Distritos	Percentagem de mulheres na população activa agrícola								
	1890	1900	1911	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Total do País	29	25	24	41	15	28	26	18	36
Aveiro	44	42	31	47	25	36	35	25	56
Beja	24	18	15	38	11	30	26	18	23
Braga	41	43	34	49	29	36	29	32	48
Bragança	35	23	24	40	10	23	17	9	18
Castelo Branco	25	17	16	41	10	23	26	12	30
Coimbra	29	23	24	43	15	32	35	16	49
Évora	17	14	12	38	7	27	28	21	38
Faro	12	13	11	39	4	23	19	8	16
Guarda	28	19	22	41	10	24	23	15	32
Leiria	20	15	16	38	9	23	24	8	34
Lisboa	8	8	6	33	5	16	13	5	20
Portalegre	16	12	12	38	9	27	25	20	31
Porto	39	34	27	41	18	30	23	19	40
Santarém	20	14	18	41	13	27	28	15	41
Setúbal	—	—	—	37	10	26	21	19	31
Viana do Castelo	53	50	47	50	42	50	53	48	62
Vila Real	46	28	32	41	18	27	25	15	26
Viseu	42	22	34	42	21	35	30	18	43

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População, 1890-1981.*

e quais as suas características? Numa primeira abordagem desta questão seleccionámos cinco indicadores que nos permitissem confrontar, nos diferentes distritos do País, a percentagem de mulheres activas na agricultura com as características das explorações agrícolas (ver quadro n.º 4): a área média das explorações, o número de trabalhadores por conta própria, o número de trabalhadores por conta de outrem, o número de familiares não remunerados e o número de explorações cuja produção se destina ao autoconsumo.

Podemos verificar-se que os distritos onde a percentagem de mulheres activas na agricultura é sempre superior à média do País são também aqueles onde a área média das explorações é menor, onde há mais isolados na agricultura, menos trabalhadores assalariados e mais trabalhadores familiares não remunerados. São também distritos onde as percentagens de produção para o autoconsumo são mais elevadas. Aparece assim uma associação nítida entre a pequena exploração familiar do Centro e Norte litoral e a feminização do trabalho agrícola. Um distrito onde os cinco indicadores tomem os valores (área média baixa, mais trabalhadores por conta própria, menos trabalhadores por conta de outrem, mais trabalhadores familiares, mais autoconsumo) apresenta sempre uma percentagem elevada de mulheres activas na agricultura. Esta combinação é, no entanto, *uma condição suficiente, mas não necessária*, para uma feminização importante da agricultura. Basta verificar que o distrito de Santarém, que não preenche nenhum dos cinco indicadores no sentido acima indicado, tem actualmente uma percentagem de mulheres activas na agricultura superior à média do País. No caso deste distrito, só podemos, sem estar agora a explorar diferentes variáveis explicativas, formular algumas interrogações. Em que medida é que esta subida recente tem a ver com uma feminização dos trabalhadores assalariados agrícolas, e não da pequena agricultura

familiar? Ou será que o peso da pequena agricultura familiar nalguns concelhos contribui para este número elevado de mulheres activas na agricultura?

Quanto aos distritos de Trás-os-Montes e Beira interior, seria necessário perceber melhor como é que uma área média de explorações mais elevada,

Mulheres activas na agricultura vs. características das explorações agrícolas

(QUADRO N.º 4)

Distritos	Mulheres na população activa agrícola (1981)	Área média explorada (1979) (hectares)	Trabalhadoras por conta própria	Trabalhadoras por conta de outrem	Familiares não remunerados	Auto-consumo (1968)
CONTINENTE	38%	6,6	48%	39%	11%	29%
Aveiro	56%	2,2	63%	22%	14%	58%
Beja	23%	44,5	29%	64%	3%	14%
Braga	48%	2,1	47%	30%	22%	66%
Bragança	18%	8,1	52%	32%	15%	40%
Castelo Branco	30%	7,7	52%	39%	7%	35%
Coimbra	49%	2,9	64%	27%	8%	69%
Évora	38%	46,8	13%	69%	1%	4%
Faro	16%	6,6	49%	45%	3%	29%
Guarda	32%	5,1	62%	27%	10%	44%
Leiria	34%	2,4	60%	33%	5%	53%
Lisboa	20%	3,9	40%	52%	3%	12%
Portalegre	31%	29,9	23%	68%	2%	6%
Porto	40%	2,0	45%	34%	18%	55%
Santarém	41%	6,6	34%	58%	5%	27%
Setúbal	31%	22,5	30%	60%	2%	8%
Viana do Castelo	62%	2,8	53%	19%	27%	88%
Vila Real	26%	6,3	46%	38%	14%	45%
Viseu	43%	3,0	55%	30%	14%	65%
	> média	< média 2	> média	< média	> média	> média

Fonte: Recenseamento Geral da População (1981) e Inquéritos às Explorações Agrícolas (1968 e 1979).

associada a uma agricultura mais extensiva, criou estratégias de reprodução da agricultura camponesa divergentes das do Centro e Norte litoral, onde o trabalho da mulher assumiu e assume um papel preponderante.

Assim, os dados por distrito parecem indicar que a divisão sexual do trabalho, enquanto estratégia fundamental de ligação à terra, existe actualmente em regiões onde a) as mulheres já participavam activamente na agricultura e b) predomina a pequena agricultura familiar, cuja produção se destina essencialmente ao autoconsumo. Os dados admitem a hipótese de a divisão sexual do trabalho ter facilitado uma emigração e/ou uma proletarianização parcial masculinas e, mesmo, uma emigração com alta probabilidade de regresso (sem que esta observação se substitua à explicação do fenómeno migratório).

Verificamos também que não é possível explicar uma taxa alta, ou baixa, de feminização apenas através do impacte da variável mobilidade da força de trabalho. Esta provoca uma maior feminização do trabalho agrícola apenas em certos contextos. Será então necessário recorrer a variáveis que, ao caracterizar os diversos contextos rurais, possam explicar o impacte diferenciado da variável mobilidade da força de trabalho.

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Em resumo, diríamos que os dados analisados apontam no sentido de uma maior feminização actual da agricultura, em particular no Noroeste do País, sem que isto signifique que antes a mulher não trabalhava no campo. Nesses distritos, o papel activo da mulher na agricultura antes dos meados do século parece ser uma condição importante da actual feminização elevada.

Em termos metodológicos, os dados reflectem a necessidade de uma análise diacrónica e multivariada da sociedade camponesa. De uma maneira geral, as hipóteses de trabalho têm sido formuladas a partir das mudanças das últimas décadas, as quais fazem facilmente esquecer traços mais antigos da sociedade rural portuguesa. Torna-se igualmente imperativa a pesquisa da diversidade social e regional, explorando diferentes variáveis explicativas das estratégias de produção e reprodução do campesinato no passado e no presente.

Finalmente, é necessário submeter as hipóteses que formulámos sobre a comparabilidade dos recenseamentos a uma análise detalhada e local onde possam ser controladas. A análise mostra, com efeito, a necessidade de um «código» para passar dos dados estatísticos para a realidade. A confrontação repetida de estudos de casos mais localizados e de dados provenientes de outras fontes com os dos recenseamentos deveria tornar possível encontrar esse código.